

# Vulcabras Azaleia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas da Vulcabras Azaleia S.A.**

Jundiaí - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.10, 16 e 17, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de *impairment* como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos também na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Incentivos fiscais - subvenções governamentais e redução do Imposto de Renda

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.5 e 31, os montantes de R\$ 122.169 e R\$ 14.096 relativos aos incentivos fiscais estaduais e federais, referentes ao ICMS e ao IRPJ respectivamente, são reconhecidos diretamente no resultado nas demonstrações financeiras consolidadas e são reconhecidos no resultado nas demonstrações financeiras da Controladora através do cálculo da equivalência patrimonial. Esses incentivos fiscais são relativos (i) ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de vários programas de Incentivo nos estados do Ceará, Bahia, e Sergipe, e (ii) a 75% da redução do imposto de renda com base no lucro das operações localizadas nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco da nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em função da relevância dos valores dos benefícios fiscais, quando comparado com o resultado das operações, e pelo rigor necessário ao cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, o atendimento das cláusulas específicas relativas às contrapartidas exigidas e a vigência dos respectivos programas, bem como em função da relevância e do processo de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os procedimentos de auditoria para as subvenções governamentais, incluíram entre outros, com auxílio de especialistas da área de impostos, o entendimento e testes nos cálculos para apuração dos benefícios, a análise da documentação para cumprimento das condições para fruição dos referidos incentivos fiscais, o confronto das receitas reconhecidas com os respectivos controles auxiliares, bem como a verificação da razoabilidade dos impostos sobre vendas e dos benefícios fiscais reconhecidos na rubrica de receitas, em comparação à receita líquida de vendas e serviços.

Os procedimentos de auditoria para fins do incentivo de redução do Imposto de Renda, incluíram entre outros, o entendimento e testes das principais atividades envolvidas no processo de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a análise dos procedimentos adotados na apuração da alíquota efetiva e do imposto devido, considerando a legislação vigente, testes para a conferência da metodologia de apuração do lucro da exploração, confronto das adições e exclusões temporárias e permanentes mais relevantes, procedidas pela Companhia na determinação do lucro real, com os correspondentes registros auxiliares.

Avaliamos também na adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores dos incentivos fiscais acima descritos registrados no resultado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Outros assuntos

### Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 18 de agosto de 2017, sem modificação.

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas

demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 06 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O6



João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE



**Vulcabras Azaleia S.A.**  
(Companhia aberta)

**Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	100.502	17.094	369	10
Aplicações financeiras	6	1.741	6.407	-	42
Contas a receber de clientes	7	326.522	372.592	-	-
Estoques	8	189.524	189.923	-	-
Impostos a recuperar	9	10.101	5.573	517	488
Imposto de renda a recuperar	10a	2.528	2.153	116	87
Despesas antecipadas		5.961	2.057	11	13
Outros contas a receber		31.151	21.206	424	1.557
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>668.030</b>	<b>617.005</b>	<b>1.437</b>	<b>2.197</b>
Aplicações financeiras	6	3.920	1.914	2	2
Impostos a recuperar	9	4.877	5.102	2.509	2.363
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10b	125	399	-	-
Depósitos judiciais	11	42.165	39.053	841	1.022
Mútuos com partes relacionadas		-	-	-	927
Outros contas a receber		2.036	20.291	1.770	2.344
Despesas antecipadas		-	568	-	-
Bens destinados à venda		194	194	-	-
Investimentos	13	40.080	29.733	781.044	133.451
Propriedade para investimento	14	3.362	3.779	3.349	3.762
Imobilizado	15	152.647	157.291	171	176
Intangível	16	203.049	203.339	111	111
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>452.455</b>	<b>461.663</b>	<b>789.797</b>	<b>144.158</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.120.485</b>	<b>1.078.668</b>	<b>791.234</b>	<b>146.355</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivos	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	18	69.827	66.193	450	520
Financiamentos e empréstimos	19	84.474	275.116	-	-
Impostos a recolher		5.822	3.031	-	44
Impostos a recolher - IRPJ e CSLL		-	2.044	212	11
Programa de recuperação fiscal - REFIS		128	128	-	-
Salários e férias a pagar		34.993	28.986	359	322
Provisões	20	53.115	45.751	566	1.151
Outras contas a pagar		18.275	19.454	781	159
Dividendos propostos		-	754	-	8
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>266.634</b>	<b>441.457</b>	<b>2.368</b>	<b>2.215</b>
Financiamentos e empréstimos	19	10.325	264.152	-	-
Mútuos com partes relacionadas	12	-	255.150	3.295	90.543
Provisões	20	24.370	32.635	1.177	1.786
Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	10b	3.747	4.206	-	-
Provisão para perdas com investimento	13	-	-	76	175
Outras contas a pagar		30.836	29.206	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>69.278</b>	<b>585.349</b>	<b>4.548</b>	<b>92.504</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	21				
Capital social		1.107.661	565.913	1.107.661	565.913
Reservas de reavaliação		7.273	8.165	7.273	8.165
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.045)	(5.065)	(3.045)	(5.065)
Prejuízos acumulados		(327.571)	(517.377)	(327.571)	(517.377)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>784.318</b>	<b>51.636</b>	<b>784.318</b>	<b>51.636</b>
<b>Participações de não controladores</b>		<b>255</b>	<b>226</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>784.573</b>	<b>51.862</b>	<b>784.318</b>	<b>51.636</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>335.912</b>	<b>1.026.806</b>	<b>6.916</b>	<b>94.719</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>1.120.485</b>	<b>1.078.668</b>	<b>791.234</b>	<b>146.355</b>

## Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

### Demonstrações de resultados

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Consolidado			Controladora	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de vendas	22	1.263.082	1.134.220		-	-
Custo das vendas	23	<u>(780.719)</u>	<u>(741.666)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<b>482.363</b>	<b>392.554</b>		-	-
Despesas com vendas	24	(181.813)	(183.666)		-	-
Despesas administrativas	25	(77.153)	(78.271)	25	(7.504)	(7.206)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	8.539	(13.819)	26	5.002	2.346
Resultado da equivalência patrimonial	13b	<u>8.757</u>	<u>2.112</u>	13b	<u>191.102</u>	<u>40.481</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		<b>240.693</b>	<b>118.910</b>		<b>188.600</b>	<b>35.621</b>
Receitas financeiras		47.743	49.229		576	482
Despesas financeiras		<u>(97.343)</u>	<u>(131.375)</u>		<u>(262)</u>	<u>(414)</u>
Despesas e receitas financeiras líquidas	27	<b><u>(49.600)</u></b>	<b><u>(82.146)</u></b>	27	<b><u>314</u></b>	<b><u>68</u></b>
Resultado antes dos tributos sobre lucro		<b>191.093</b>	<b>36.764</b>		<b>188.914</b>	<b>35.689</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10b	<u>(2.154)</u>	<u>(1.069)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do exercício		<b><u>188.939</u></b>	<b><u>35.695</u></b>		<b><u>188.914</u></b>	<b><u>35.689</u></b>
Resultado atribuível aos:						
Acionistas controladores		188.914	35.689		188.914	35.689
Acionistas não controladores		<u>25</u>	<u>6</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<b><u>188.939</u></b>	<b><u>35.695</u></b>		<b><u>188.914</u></b>	<b><u>35.689</u></b>
Resultado por ação						
Resultado por ação ordinária - básico e diluído		<u>0,96</u>	<u>0,19</u>			
Quantidade da média ponderada de ações		<u>196.340.598</u>	<u>185.230.346</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

### Demonstrações de resultados abrangentes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Resultado do exercício</b>	<u>188.939</u>	<u>35.695</u>	<u>188.914</u>	<u>35.689</u>
<b>Outros resultados abrangentes - ORA</b>	<u>2.020</u>	<u>(19.543)</u>	<u>2.020</u>	<u>(19.543)</u>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.851	(20.552)	1.851	(20.552)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	<u>169</u>	<u>1.009</u>	<u>169</u>	<u>1.009</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>190.959</u>	<u>16.152</u>	<u>190.934</u>	<u>16.146</u>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	190.934	16.146	190.934	16.146
Acionistas não controladores	25	6	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

## Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora					
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores
						Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2016	565.913	9.078	14.478	(553.979)	35.490	263
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(913)	-	913	-	-
Outros resultado abrangentes						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	(20.552)	-	(20.552)	(43)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	-	-	1.009	-	1.009	-
Lucro do exercício	-	-	-	35.689	35.689	6
Saldos em 31 de dezembro de 2016	565.913	8.165	(5.065)	(517.377)	51.636	226
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(892)	-	892	-	-
Acréscimo por subscrição ou integralização de capital	541.748	-	-	-	541.748	-
Outros resultados abrangentes					-	
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	1.851	-	1.851	29
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	-	-	169	-	169	-
Lucro do exercício	-	-	-	188.914	188.914	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.107.661	7.273	(3.045)	(327.571)	784.318	255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	188.939	35.695	188.914	35.689
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	55.835	67.645	419	424
Perdas por valor recuperável no estoque	3.539	6.616	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados	12.036	11.760	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	7.968	2.092	42	(35)
Perdas com contingências	15.813	21.168	(543)	810
Resultado da equivalência patrimonial	(8.757)	(2.111)	(191.102)	(40.481)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	6.184	8.815	-	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	33.327	45.525	-	8.394
Impostos diferidos	(185)	839	-	-
Participação de minoritário	(25)	(43)	-	-
	<b>314.674</b>	<b>198.001</b>	<b>(2.270)</b>	<b>4.801</b>
<b>Variações em:</b>				
Aplicações financeiras	(5.308)	-	-	-
Contas a receber de clientes	39.886	13.437	-	-
Estoques	(3.140)	37.538	-	-
Despesas pagas antecipadamente	(3.336)	(1.146)	2	(4)
Impostos a recuperar	(4.678)	14.944	(204)	(247)
Outras contas a receber	8.310	(15.121)	1.707	(225)
Depósitos judiciais	(3.112)	(3.608)	181	(16)
Fornecedores	3.634	3.993	(70)	-
Impostos e contribuições sociais	747	(1.491)	157	316
Salários e férias a pagar	6.007	(88)	37	13
Programa de recuperação fiscal - REFIS	-	10.268	-	(119)
Outras contas a pagar	(1.109)	(26.233)	622	(88)
Provisão para contingências utilizada	(16.714)	(17.248)	(651)	(86)
<b>Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais</b>	<b>21.187</b>	<b>15.245</b>	<b>1.781</b>	<b>(456)</b>
Juros pagos	(36.225)	(78.297)	-	(575)
	<b>(36.225)</b>	<b>(78.297)</b>	<b>-</b>	<b>(575)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>299.636</b>	<b>134.949</b>	<b>(489)</b>	<b>3.770</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de imobilizado	(61.712)	(48.373)	-	(6)
Aquisições de intangível	(809)	(9.615)	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-	(453.644)	-
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) líquido das atividades de investimento</b>	<b>(62.521)</b>	<b>(57.988)</b>	<b>(453.644)</b>	<b>(6)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos tomados - Principal	70.052	260.890	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(509.603)	(382.262)	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	36.812	-	(3.813)
Pagamentos a partes relacionadas	(255.150)	-	(87.248)	-
Pagamentos de dividendos	(754)	-	(8)	-
Emissão de ações	541.748	-	541.748	-
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(153.707)</b>	<b>(84.560)</b>	<b>454.492</b>	<b>(3.813)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>83.408</b>	<b>(7.599)</b>	<b>359</b>	<b>(49)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.094	24.693	10	59
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100.502	17.094	369	10
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>83.408</b>	<b>(7.599)</b>	<b>359</b>	<b>(49)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

## Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas</b>	<b>1.445.269</b>	<b>1.288.824</b>	<b>741</b>	<b>(195)</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.423.652	1.290.417	-	-
Outras receitas e despesas	26.329	7.203	741	(195)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.712)	(8.796)	-	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(556.529)</b>	<b>(537.885)</b>	<b>(5.757)</b>	<b>(3.296)</b>
Matérias-primas consumidas	(321.491)	(268.608)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(93.969)	(130.472)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(141.002)	(138.614)	(5.757)	(3.296)
Perda/recuperação de valores ativos	(67)	(191)	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>888.740</b>	<b>750.939</b>	<b>(5.016)</b>	<b>(3.491)</b>
<b>Retenções</b>	<b>(55.835)</b>	<b>(67.198)</b>	<b>(419)</b>	<b>(422)</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(55.835)	(67.198)	(419)	(422)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>832.905</b>	<b>683.741</b>	<b>(5.435)</b>	<b>(3.913)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>68.574</b>	<b>56.870</b>	<b>199.452</b>	<b>44.298</b>
Resultado de equivalência patrimonial	8.757	2.112	191.102	40.481
Receitas financeiras	47.582	49.229	576	482
Outras	12.235	5.529	7.774	3.335
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>901.479</b>	<b>740.611</b>	<b>194.017</b>	<b>40.385</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>901.479</b>	<b>740.611</b>	<b>194.017</b>	<b>40.385</b>
<b>Pessoal</b>	<b>428.791</b>	<b>401.016</b>	<b>3.922</b>	<b>3.643</b>
Remuneração direta	298.244	283.306	-	-
Benefícios	49.225	49.089	-	-
FGTS	20.970	19.179	-	-
Comissões sobre vendas	55.117	42.360	-	-
Honorários da diretoria	5.235	7.082	3.922	3.643
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>188.428</b>	<b>175.616</b>	<b>935</b>	<b>646</b>
Federais	154.720	145.668	935	646
Estaduais	33.529	29.752	-	-
Municipais	179	196	-	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>95.483</b>	<b>128.284</b>	<b>246</b>	<b>407</b>
Juros	93.203	124.288	247	407
Aluguéis	2.281	3.996	-	-
Outras	(1)		(1)	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>188.777</b>	<b>35.695</b>	<b>188.914</b>	<b>35.689</b>
Juros sobre o capital próprio	(162)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	188.914	35.689	188.914	35.689
Participações dos acionistas não controladores	25	6	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Vulcabras Azaleia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiaí - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas das unidades do Nordeste, nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe. Como controladora final, a Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente, de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Vulcabras Azaleia Administración S.A. (situada na Argentina);
- Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
  - Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
  - Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Calzados Azaléia Colômbia Ltda., Calzados Azaléia Peru S.A.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Olk , Olympikus, Opanka e Vulcabras.

A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A. A parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e contemplam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2018.

## **2.2 Base de mensuração**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia, conforme comentado na Nota 2.4. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### ***a. Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;

### ***b. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - Estoques: reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação.



- **Nota explicativa 10 b** - Impostos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota explicativa 11** - Depósitos Judiciais: reconhecimento e mensuração de depósitos judiciais; e;
- **Nota explicativa 20** - Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

### **3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **3.1 Segmento de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

#### **3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as sociedades localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta, Vulcabras Azaleia Administración S.A possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Calzados Azaleia de Colômbia Ltda., que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), peso colombiano, respectivamente, para o real. A Calzados Azaléia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial são registradas na Companhia de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, os ajustes decorrentes da variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são registrados na Companhia de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

### **3.3 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### **3.4 Impostos**

#### **a. Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

#### **b. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **3.5 Subvenção governamental**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

### **3.6 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

### **3.7 Imobilizado**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Da mesma forma, a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 15. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

**3.8 Investimentos**

Os investimentos com participação no capital votante ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesma Companhia ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o BRGAAP.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajuste a avaliação patrimonial no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

**3.9 Propriedades para investimentos**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

**3.10 Ativo intangível**

**(i) Ágio**

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

(ii) **Mensuração subsequente**

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

(iii) **Amortização**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

**3.11 Ativos não-financeiros (impairment)**

Conforme determinações do CPC 01 (R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente, o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

**3.12 Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 3.13 Instrumentos financeiros

(i) ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) ***Investimentos mantidos até o vencimento***

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas perdas estimadas em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 90 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7.

**(iv) Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa em sua maioria são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo” por meio do resultado (Nota 5). Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

**(v) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

**(vi) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

**(vii) Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### *Dividendos*

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

### **3.14 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

#### **a. *Impostos diferidos***

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

#### **b. *Teste de valor recuperável de ativos***

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

#### **c. *Provisões***

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

### **3.15 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados à venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

### **3.16 Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar.

### **3.17 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

#### **a. CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com clientes**

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

A Companhia possui com determinados clientes contrato de acordo comercial que permite alguns descontos especiais, que são contabilizados no momento do reconhecimento da receita como “despesas com vendas” e a partir de 2018 serão contabilizados como redutor da “receita de vendas”.

A Companhia estima um impacto negativo em receita líquida no montante de R\$ 700 a R\$ 800.

**b. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substituirá o IAS 39 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo, onde a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31 de dezembro de 2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Companhia estima os seguintes potenciais impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017:

- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo em relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38;
- A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Não haverá impactos em 2018 sobre a perda com créditos de liquidação duvidosa reconhecidas anteriormente de acordo com o CPC 38. A Companhia elaborou a metodologia para definição de perda por redução ao valor recuperável de clientes de acordo com o CPC 48.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**c. IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as orientações existentes na IAS 17 (CPC 06 - R1) Operações de arrendamento mercantil. A nova norma apresenta um único modelo de contabilização e exige que o arrendatário reconheça o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, exceto se o ativo subjacente for de baixo valor.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia estima que não irá adotar antecipadamente a aplicabilidade da norma em 2018.

A Companhia estima que a sua adoção não trará impactos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, até a presente data, as implicações para adoção deste novo pronunciamento ainda não foram finalizados, portanto, impossibilita a divulgação de tais impactos.

## **4 Informações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia Administração S.A.	3,96	3,96	96,04	96,04	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calçados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

**a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação**

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados da marca Olympikus. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

***Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.***

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

***Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.***

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com as marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean, Opanka e Vulcabras. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

***Vulcabras Azaleia Administración S.A.***

Vulcabras Azaleia Administración S.A. foi constituída em dezembro de 2015. Não possui atividade operacional.

***Globalcyr S.A.***

A Globalcyr S.A., encontra-se com as suas operações paralisadas.

***Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

***Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Olympikus, Olk, Azaléia, Dijean, Opanka e Botas. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

***Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.***

A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Azaléia e Dijean. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

***Calzados Azaleia Peru S.A.***

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da Sociedade em 1999.

***Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.***

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

**b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos exercícios das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Os prejuízos entre as companhias que indicam uma redução no valor recuperável de ativos não são eliminados na consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa e bancos conta movimento	751	2.546	32	10
CDB Fluxo de caixa	19.620	12.651	337	-
Debêntures/Compromissada	4.452	1.897	-	-
Fundo de investimentos	74.166	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	1.513	-	-	-
	<b>100.502</b>	<b>17.094</b>	<b>369</b>	<b>10</b>

Caixa e equivalentes de caixa são remunerados a taxas flutuantes, baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (CDB Fluxo de Caixa) são efetuadas conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia.

Essas aplicações referem-se, exclusivamente, a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, pós-fixados, remunerados do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, a rentabilidade de 10% e estão destinados à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária, independentemente de seu prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As debêntures compromissadas são aplicações de renda fixa, em que o banco vende um título de emissão dele ou sob sua custódia e se compromete a recomprá-lo a qualquer momento por uma taxa percentual (%) do CDI acordada no momento da aplicação.

Os fundos de investimentos são operações negociadas conforme taxa da cotação diária

## 6 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados	2.244	4.746	2	44
Títulos de capitalização	1.723	1.713	-	-
Títulos disponíveis para venda - Ações	1.694	1.862	-	-
	<b>5.661</b>	<b>8.321</b>	<b>2</b>	<b>44</b>
Circulante	1.741	6.407	-	42
Não circulante	3.920	1.914	2	2

Os títulos disponíveis para venda referem-se às aplicações em ações e quotas de fundos de investimento, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As quotas de fundos de investimentos foram disponibilizadas pelos respectivos administradores e refletem o valor de mercado destes ativos financeiros. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos CDBs até as datas de vencimento, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até vencimento. O saldo de CDBs pós-fixado em 2017 está atrelado a garantias, portanto, não tem liquidez diária e foram remunerados a taxas que variam entre 90% a 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 7 Contas a receber de clientes

### a. Composição dos saldos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Contas a receber</b>		
No país:		
Clientes	322.540	345.364
No exterior:		
Clientes	34.330	51.392
Subtotal do contas a receber de clientes	356.870	396.756
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(30.348)	(24.164)
Total do contas a receber de clientes, líquido	326.522	372.592

### b. Por vencimento

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	134.996	64.957
31 a 60 dias	91.791	82.909
61 a 90 dias	47.129	115.292
Acima de 90 dias	37.507	83.163
	311.423	346.321
<b>Vencidos</b>		
1 a 30 dias	12.540	22.340
31 a 60 dias	920	2.649
61 a 90 dias	942	1.282
Acima de 90 dias	31.045	24.164
	45.447	50.435
	356.870	396.756

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 30.348 (R\$ 24.164 em 31 de dezembro de 2016) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

#### ***Critérios de mensuração das perdas com clientes (impairment)***

O critério adotado para a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias e, na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

O critério utilizado para a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo.

**c. Movimentação da provisão (impairment)**

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Saldo inicial</b>	(24.164)	(15.349)
Complemento de provisão	(17.245)	(16.954)
Recuperação de provisões	11.061	8.139
<b>Saldo final</b>	<b>(30.348)</b>	<b>(24.164)</b>

**d. Concentração da carteira**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
<b>Clientes (partes não relacionadas)</b>				
Maior cliente	15.453	4%	34.882	8%
2º a 11º maiores clientes	73.058	21%	89.052	23%
12º a 50º maiores clientes	50.850	14%	58.664	15%
Outros clientes (a)	217.509	61%	214.158	54%
<b>Total da carteira de clientes</b>	<b>356.870</b>	<b>100%</b>	<b>396.756</b>	<b>100%</b>

- (a) Em 31/12/2016, parte do saldo (R\$ 45.166) apresentado na rubrica de “Outros clientes” estava sendo apresentado anteriormente como “Partes relacionadas”. A Companhia optou por esta reclassificação por entender que não se tratava de clientes com partes relacionadas, mas sim representava transações com terceiros.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. Considerando o prazo médio de recebimento desses créditos de aproximadamente 60 dias em 31 de dezembro de 2017 (64 dias em 31 de dezembro de 2016), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 29.



## 8 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Produtos acabados	77.404	81.712
Produtos em elaboração	18.829	16.864
Matérias primas	72.891	69.195
Material de embalagem e almoxarifado	18.833	16.626
Mercadorias em trânsito	211	2.916
Importações em andamento	1.356	2.610
	<u>189.524</u>	<u>189.923</u>

### a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 3.099 (R\$ 1.655 em 31 de dezembro de 2016), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 7.395 (R\$ 7.524 em 31 de dezembro de 2016) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 7.650 (R\$ 5.426 em 31 de dezembro de 2016).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 707.089 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 644.650 em 31 de dezembro de 2016).

### b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Saldo inicial</b>	(14.605)	(7.988)
Adições no exercício	(3.038)	(6.617)
Complemento de provisão	(501)	-
<b>Saldo final</b>	<u>(18.144)</u>	<u>(14.605)</u>

## 9 Impostos a recuperar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
ICMS	4.295	2.853	20	20
IPI	1.622	1.313	-	-
PIS/COFINS	1.308	931	-	-
Créditos fiscais em outros países	-	204	-	-
FINSOCIAL	3.063	2.918	2.509	2.363
Reintegra	515	254	-	-
Outros (*)	4.175	2.202	497	468
	<b>14.978</b>	<b>10.675</b>	<b>3.026</b>	<b>2.851</b>
Circulante	10.101	5.573	517	488
Não circulante	4.877	5.102	2.509	2.363

(\*) Companhia através de suas controladas aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT. Veja maiores detalhes na nota explicativa 10.c.

## 10 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda - antecipação

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Imposto de renda -antecipação	2.528	2.153	116	87
	<b>2.528</b>	<b>2.153</b>	<b>116</b>	<b>87</b>

### b. Imposto de renda e contribuição social diferido

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Diferenças temporais no exercício</b>		
Reavaliação de imobilizado	(3.747)	(4.206)
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	125	399
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>(3.622)</b>	<b>(3.807)</b>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	125	399
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.747)	(4.206)

As controladas no Brasil têm o valor dos impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ 3.747 e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 125.

O imposto de renda e contribuição social diferido e corrente está contabilizado no resultado consolidado. Conforme demonstrado a seguir, as alíquotas utilizadas na apuração do imposto foi de 34% no mercado interno e 3% de presunção no mercado externo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.902)	(828)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(252)	(241)
	<u>(2.154)</u>	<u>(1.069)</u>

**c. Prejuízos fiscais a compensar**

A Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

**Vulcabras Azaleia S.A.**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017

31/12/2017							
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaleia S.A Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2017	345.552	611.288	124.633	74.691	259.256	19.997	1.579.897
Base negativa de contribuição social em 31.12.2017	1.154.741	624.811	125.080	74.691	292.436	19.997	2.438.351
31/12/2016							
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaleia S.A Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2016	449.430	620.386	124.111	63.432	225.269	16.027	1.640.269
Base negativa de contribuição social em 31.12.2016	1.196.038	631.747	124.209	63.432	258.056	16.027	2.433.238

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

**d. Conciliação da alíquota de imposto efetiva**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>IRPJ / CSLL</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	191.093	36.764
Alíquotas combinadas de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(64.972)	(12.500)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva	48.722	13.569
Incentivo fiscal de redução do IRPJ (lucro da exploração) (*)	14.096	-
Imposto de renda e contribuição social	2.154	1.069
Alíquota efetiva	1,1%	2,9%
Tributos correntes	(1.902)	-
Tributos diferidos - exterior	(252)	(1.069)

(\*) Vide descrição dos benefícios tributários na nota 31

## 11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (nota 20), conforme demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Depósitos judiciais				
Cíveis	222	205	122	122
Trabalhistas	32.884	30.138	615	802
Tributários	9.059	8.710	104	98
<b>Total</b>	<b>42.165</b>	<b>39.053</b>	<b>841</b>	<b>1.022</b>

### Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, à hora extra, adicional noturno, férias, equiparação salarial e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora online de parte dos processos trabalhistas em execução.

### **Cíveis**

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações por danos materiais e/ou morais, principalmente, nos casos de (i) acidentes de trabalho; ou (ii) causados por defeito da fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

### **Tributários**

Os depósitos judiciais tributários referem-se à ação em que as empresas da Companhia Vulcabras Azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS e PIS.

## **12 Mútuos com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com seus administradores e suas controladas na Argentina, Colômbia, Brasil e Peru.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP.

### **a. Controladora e controladora final**

A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A. A parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle.

### **b. Transações com controladora**

As transações entre a controladora e sua controlada, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

#### **Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo</b>		
Mútuo com controladas	3.295	1.543
<b>Parte relacionada</b>		
Mútuo com controladores	-	89.000
<b>Total</b>	<b>3.295</b>	<b>90.543</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de mútuos da Companhia com os controladores é zero. O montante contratado inicialmente totalizava R\$ 89.000 liquidado em outubro de 2017 (R\$ 89.000 em 31 de dezembro de 2016),

**c. Operações entre sociedades controladas**

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas***

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

<b>Controlada Vulcabras Azaleia CE com suas controladas</b>				
	<b>Vulcabras Azaleia RS Consolidado</b>	<b>Vulcabras Distribuidora</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Ativo</b>				
Contas a receber	-	-	-	3.471
Outros créditos	1.246	-	1.246	877
	<b>Vulcabras Azaleia BA</b>		<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo</b>				
Contas a pagar	-	-	-	8.740
Outros débitos	-	-	-	2
Mútuos a pagar	-	-	-	3.165
	<b>Vulcabras Azaleia RS</b>		<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Resultado</b>				
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(248)	-	(248)	619
<b>Parte relacionada</b>	<b>Principal natureza das transações</b>			
Vulcabras Azaleia RS	Operações mercantis de compra e venda de calçados e confecções e mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital			

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2017 havia liquidado todas as suas operações de mútuo junto aos seus controladores. O saldo inicial do contrato foi de R\$ 166.150. (R\$ 166.150 em 31 de dezembro de 2016).

**d. Preço de transferência**

A Companhia e suas controladas analisam anualmente o preço de transferência, principalmente, nas operações entre as controladas brasileiras, Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., com as controladas Calzados Azaleia Colômbia Ltda. e Calzados Azaleia Peru S.A., localizadas na Colômbia e Peru, respectivamente.

**e. Remuneração da Administração**

Em 28 de abril de 2017, o Conselho de Administração da Companhia em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 9.471, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. No exercício findo de 31 de dezembro de 2017, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 5.235 (R\$ 7.025 em 31 de dezembro de 2016).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não realizou pagamento a pessoas chave da Administração de benefícios nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós-emprego; e d) remuneração baseada em ações.

## 13 Investimentos

### a. Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes:				
Em controladas	-	-	780.968	80.342
Em coligadas	40.080	29.624	-	-
Aumento de investimentos em controladas	-	109	-	52.935
Total	40.080	29.733	780.968	133.277

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 33% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

### b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	29.733	27.622	133.277	120.732
Equivalência patrimonial (*)	8.757	2.112	191.102	40.481
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	1.851	(20.552)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	-	-	169	1.009
Aumento de participação em investida (Pars)	1.590	-	454.569	-
Realização de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)	-	(8.393)
Saldos finais	40.080	29.733	780.968	133.277

(\*) Inclui o valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado.



**c. Dados sobre participações diretas - Controladora**

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administración S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Ativo total	974.646	960.653	19.316	42.295	930	15.063	20	73	-	-
Passivo total	193.930	827.807	3.249	12.018	692	17.560	4.920	4.996	-	-
Capital social	1.363.597	856.092	69.945	10.000	2.715	2.715	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	785.544	740.976	20.426	13.560	-	179	-	-	-	-
Resultado do Exercício	191.011	40.985	(10.547)	(5.514)	2.727	(10.700)	(86)	(105)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	247.178	247.178	200	200	1.983	1.983	10	10	-	-
Patrimônio líquido	780.716	132.846	16.067	30.277	238	(2.497)	(4.900)	(4.923)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	100,00%	100,00%	2,00%	2,00%	3,96%	3,96%	1,54%	1,54%	-	-
Participação societária permanente em controladas	780.714	79.911	321	606	9	-	-	-	781.044	80.516
Provisão para perda com investimento	-	-	-	-	-	(99)	(76)	(76)	(76)	(175)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	52.935	-	-	-	-	-	-	-	52.935
Resultado de equivalência patrimonial	191.011	40.985	(13)	(110)	108	(392)	(1)	(2)	190.905	40.481

**d. Dados sobre as participações indiretas**

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A:

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

31/12/2017	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A	Vulcabras Azaleia Administración S.A.
Ativo total	301.888	19.316	20	930
Passivo total	56.273	3.249	4.920	692
Capital social	480.299	69.945	1.056	2.715
Patrimônio líquido	245.616	16.067	(4.900)	238
Receita líquida	1.403	20.426	-	-
Resultado do exercício	45.610	(10.547)	(86)	2.727
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	96,04%

31/12/2016	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A	Vulcabras Azaleia Administración S.A.
Ativo total	258.379	42.295	73	15.063
Passivo total	137.651	12.018	4.996	17.560
Capital social	234.669	10.000	1.056	2.715
Patrimônio líquido	120.728	30.277	(4.923)	(2.497)
Receita líquida	1.231	13.560	-	179
Resultado do exercício	(2.753)	(5.514)	(105)	(10.700)
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	96,04%

**Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.
<b>31/12/2017</b>					
Ativo total	276.040	69.564	10.652	11.531	32.613
Passivo total	60.928	46.415	7.405	10.139	4.664
Capital social	459.929	90.074	25.207	841	1.072
Patrimônio líquido	215.112	23.149	3.247	1.392	27.950
Receita líquida	373.909	83.516	18.069	13.824	57.865
Resultado do exercício	57.339	1.587	(4.343)	(858)	2.557
Participação no capital social	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	99,11%

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Vulcabras  azaléia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
<b>31/12/2016</b>							
Ativo total	262.955	68.020	8.525	3	8.994	4.979	29.786
Passivo total	104.270	89.353	17.966	17	8.309	17	4.865
Capital social	476.121	14.750	10	5.788	841	18.845	1.072
Patrimônio líquido	158.685	(21.334)	(9.441)	(14)	684	4.962	24.921
Receita líquida	298.200	76.103	18.988	-	16.539	-	63.756
Resultado do exercício	818	(5.028)	(5.550)	(7)	(1.393)	(72)	676
Participação no capital social	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(\*) Participação indireta.

## 14 Propriedade para investimentos

### a. Composição da conta

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Imóvel	10.625	10.625	10.574	10.574
Depreciação (*)	(7.262)	(6.846)	(7.225)	(6.812)
Total Geral	<u>3.362</u>	<u>3.779</u>	<u>3.349</u>	<u>3.762</u>

(\*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

### b. Movimentação do custo

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Imóvel	<u>10.625</u>	<u>-</u>	<u>10.625</u>
Total	<u>10.625</u>	<u>-</u>	<u>10.625</u>

**c. Movimentação da amortização**

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Imóvel	(6.846)	(416)	(7.262)
Total	(6.846)	(416)	(7.262)

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,06 m² classificados como propriedades para investimento. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor de mercado conforme avaliação por empresas especializadas é de R\$ 75.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 4.106 (R\$ 3.336 em 2016) - Nota 26, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os bens da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e sua depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

## **15 Imobilizado**

**a. Composição da conta**

Em 31 de dezembro de 2017

		<b>Consolidado</b>			
		<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
	<b>Taxa média de Depreciação % a.a.</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Edificações	2 a 4	125.911	(76.336)	49.575	53.245
Máquinas e equipamentos	10	319.134	(268.617)	50.517	55.434
Moldes	100	204.841	(191.632)	13.209	13.557
Móveis e utensílios	10 a 20	25.919	(20.950)	4.969	5.157
Veículos	20	1.994	(1.742)	252	241
Equipamentos de computação	20 a 25	22.136	(19.380)	2.756	2.265
Terrenos	-	3.490	-	3.490	4.106
Obras em andamento	-	410	-	410	6.520
Instalações industriais	10	65.791	(42.540)	23.251	14.312
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	89	(89)	-	-
Importações em andamento	-	2.849	-	2.849	-
Benfeitorias em propriedade arrendadas	-	2.092	(2.043)	49	-
Outros	10 a 20	2.066	(746)	1.320	2.454
		<b>776.722</b>	<b>(624.075)</b>	<b>152.647</b>	<b>157.291</b>

**b. Movimentação do custo**

Em 31 de dezembro de 2017	Consolidado				
	31/12/2016	31/12/2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	125.872	39	-	-	125.911
Máquinas e equipamentos	325.236	8.992	(21.053)	5.959	319.134
Moldes	189.181	28.039	(12.379)	-	204.841
Móveis e utensílios	24.847	909	(65)	228	25.919
Veículos	1.972	109	(87)	-	1.994
Equipamentos de computação	21.088	1.210	(162)	-	22.136
Terrenos	4.106	35	(651)	-	3.490
Obras em andamento	6.520	5.081	(7.223)	(3.968)	410
Instalações industriais	48.579	8.247	(354)	9.319	65.791
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	89
Importações em andamento	-	8.782	-	(5.933)	2.849
Benfeitorias em propriedade arrendada	7.697	-	-	(5.605)	2.092
Outros	1.971	269	(174)	-	2.066
	<b>757.158</b>	<b>61.712</b>	<b>(42.148)</b>	<b>-</b>	<b>776.722</b>
Em 31 de dezembro de 2016	Consolidado				
	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo final
Edificações	128.069	18	(1.441)	(774)	125.872
Máquinas e equipamentos	331.720	9.740	(16.224)	-	325.236
Moldes (a)	265.589	23.442	(99.850)	-	189.181
Móveis e utensílios	24.940	848	(563)	(378)	24.847
Veículos	1.955	68	(15)	(36)	1.972
Equipamentos de computação	21.192	640	(365)	(379)	21.088
Terrenos	3.798	308	-	-	4.106
Obras em andamento	3.914	2.797	(192)	1	6.520
Instalações industriais	43.661	5.515	(597)	-	48.579
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	89
Importações em andamento	-	4.814	(4.814)	-	-
Benfeitorias em propriedade arrendada	7.697	-	-	-	7.697
Outros	2.156	184	-	(369)	1.971
	<b>834.780</b>	<b>48.374</b>	<b>(124.061)</b>	<b>(1.935)</b>	<b>757.158</b>

(a) R\$ 99.850 representa a baixa de itens 100% depreciados durante o período na categoria de moldes.

**c. Movimentação da depreciação**

Em 31 de dezembro de 2017	Consolidado				
	31/12/2016	31/12/2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	(72.627)	(3.709)	-	-	(76.336)
Máquinas e equipamentos	(269.802)	(18.075)	19.260	-	(268.617)
Moldes	(175.624)	(26.532)	10.524	-	(191.632)
Móveis e utensílios	(19.690)	(1.318)	58	-	(20.950)
Veículos	(1.731)	(95)	84	-	(1.742)
Equipamentos de computação	(18.823)	(666)	109	-	(19.380)
Instalações industriais	(34.267)	(3.537)	-	(4.736)	(42.540)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(6.508)	(271)	-	4.736	(2.043)
Outros	(706)	(161)	121	-	(746)
	<b>(599.867)</b>	<b>(54.364)</b>	<b>30.156</b>	<b>-</b>	<b>(624.075)</b>

  

Em 31 de dezembro de 2016	Consolidado				
	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo final
Edificações	(69.136)	(4.071)	498	82	(72.627)
Máquinas e equipamentos	(264.249)	(19.207)	13.654	-	(269.802)
Moldes	(250.622)	(23.772)	98.770	-	(175.624)
Móveis e utensílios	(18.641)	(1.423)	269	105	(19.690)
Veículos	(1.681)	(81)	15	16	(1.731)
Equipamentos de computação	(18.451)	(850)	302	176	(18.823)
Instalações industriais	(31.798)	(2.898)	429	-	(34.267)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(6.508)	-	-	-	(6.508)
Outros	(290)	(530)	-	114	(706)
	<b>(661.465)</b>	<b>(52.832)</b>	<b>113.937</b>	<b>493</b>	<b>(599.867)</b>

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui saldos contábeis de bens que foram dados como garantia de financiamentos referentes a: edificações no valor de R\$ 52.582 (R\$ 52.700 em 31 de dezembro de 2016); máquinas e equipamentos no valor de R\$ 23.186 (R\$ 23.186 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil. A vida útil dos bens foi revista em 31 de dezembro de 2017, mas ajustes não foram considerados necessários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não verificou a existência de fatores que indicassem a perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Maiores detalhes na nota explicativa 17.

## 16 Intangível

### a. Composição da conta

		Consolidado		Controladora	
	Prazo de vida útil	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Vida útil definida</b>					
Software	10 anos	29.746	29.248	785	785
Cessão de direito	Prazo contratual	544	88.061	-	-
Amortização acumulada - Software	10 anos	(27.256)	(26.254)	(785)	(785)
Amortização acumulada - Cessão de direito	Prazo contratual	(357)	(88.061)	-	-
Total		2.677	2.994	-	-
<b>Vida útil indefinida</b>					
Marcas e patentes	Indefinido	2.158	2.131	111	111
Ágio (d)	-	198.214	198.214	-	-
Total		200.372	200.345	111	111
Total Geral		203.049	203.339	111	111

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado na Companhia de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

### b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2017				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	
<b>Vida útil definida</b>							
Software	10 anos	Linear	29.248	588	(90)	29.746	
Cessão de direito (a)	Prazo de contrato	Linear	88.061	194	(87.711)	544	
<b>Vida útil indefinida</b>							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.131	27	-	2.158	
Ágio	-	-	198.214	-	-	198.214	
Total			317.654	809	(87.801)	230.662	
Em 31 de dezembro de 2016				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2016
<b>Vida útil definida</b>							
Software	10 anos	Linear	28.538	802	(2)	(90)	29.248
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	79.351	8.778	-	(68)	88.061
<b>Vida útil indefinida</b>							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.097	34	-	-	2.131
Ágio	-	-	199.848	-	(1.634)	-	198.214
Total			309.834	9.614	(1.636)	(158)	317.654

(a) O valor de R\$ 87.711 representa as baixas de intangível de cessão de direitos referente aos contratos com os contratos de clubes anteriormente assinados com a Vulcabras e atualmente não mais vigentes. Esses contratos foram 100% amortizados durante o período.

### c. Movimentação da amortização

Em 31 de dezembro de 2017				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf	Saldo em 31/12/2017
<b>Vida útil definida</b>							
Software	10 anos	Linear	(26.254)	(726)	43	(319)	(27.256)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(88.061)	(329)	87.714	319	(357)
<b>Total</b>			<b>(114.315)</b>	<b>(1.055)</b>	<b>87.757</b>	<b>-</b>	<b>(27.613)</b>

  

Em 31 de dezembro de 2016				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2016
<b>Vida útil definida</b>							
Software	10 anos	Linear	(25.814)	(450)	1	9	(26.254)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(74.147)	(13.914)	-	-	(88.061)
<b>Total</b>			<b>(99.961)</b>	<b>(14.364)</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>(114.315)</b>

### d. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, contabilizado na controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 17.

### e. Pesquisa e desenvolvimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou no resultado, na rubrica “custo dos produtos vendidos”, montante de R\$ 31.925 (R\$ 30.741 em 31 de dezembro de 2016), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

## 17 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

### a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2017, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil é realizado anualmente pela Companhia.

**b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento será testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

**c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Vulcabras Azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 2017, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa real de 7,7275% a.a.

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

***Receita***

O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 3,46% a.a. entre os exercícios de 2017 e 2026.

***Custo***

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas da Companhia.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos.



### **Despesas**

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos.

Projetamos de despesas financeiras, para os próximos dez anos, basicamente despesas de tarifas e taxas relativas a serviços. Encerramos o exercício de 2017, com o endividamento financeiro próximo de zero e pretendemos manter assim ao longo dos próximos dez anos.

### **Lucro Líquido e Geração de Caixa Livre**

O Lucro Líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com um taxa de crescimento composta (CAGR) de 7,57% a.a. entre o período de 2018 a 2027.

A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero.

## **18 Fornecedores**

### **a. Composição da conta**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora BRGAAP</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Fornecedores</b>				
No país				
Diversos	63.602	58.107	450	520
No exterior				
Diversos	6.225	8.086	-	-
	<u>69.827</u>	<u>66.193</u>	<u>450</u>	<u>520</u>

### **b. Por vencimento**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	56.905	44.668
31 a 60 dias	9.891	14.706
61 a 90 dias	2.668	6.553
Acima de 90 dias	172	9
	<u>69.636</u>	<u>65.936</u>
<b>Vencidos</b>		
1 a 30 dias	190	202
31 a 60 dias	1	54
61 a 90 dias	-	1
	<u>191</u>	<u>257</u>
	<u>69.827</u>	<u>66.193</u>

## c. Concentração da carteira

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
<b>Fornecedores (partes não relacionadas)</b>				
Maior fornecedor	6.857	10%	7.638	12%
2º a 11º maiores fornecedores	13.300	19%	18.773	28%
12º a 50º maiores fornecedores	12.558	18%	14.957	23%
Outros fornecedores	37.112	53%	24.825	37%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	69.827	100%	66.193	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 37 dias em 31 de dezembro de 2017 (43 dias em 31 de dezembro de 2016), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

## 19 Financiamentos e empréstimos

### a. Composição da conta

		Consolidado	
	Taxa de juros	31/12/2017	31/12/2016
<b>Moeda Nacional</b>			
Ativo fixo/ incentivo fiscal	Taxa Fixa de 4,0% a 7,5% a.a.; TJLP + 5,0% a.a.	21.490	38.234
Capital de giro	(equalização TJLP - 0,25% a.a.)	-	55.952
Financiamentos de exportação	CDI + 4,28% a.a.; TJLP + 4,61% a.a.	-	-
CCE - Cédula de crédito à exportação	CDI + 2,11% a.a.	-	199.438
NCE - Nota de crédito à exportação	CDI + 1,47% a 2,38% a.a.	71.235	82.973
		<b>92.725</b>	<b>376.597</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>			
Capital de giro	28,25% a 32,43% a.a.	-	1.969
Capital de giro	2,95% a.a.	-	101.336
Financiamentos de exportação			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	7,25% a 8,60% a.a.	-	16.248
PPE - Pré pagamento de importação	6,59% a.a.	-	19.998
Financiamentos de importação			
FINIMP - Financiamento de importação	7,16% a 7,26% a.a.	2.074	23.120
		<b>2.074</b>	<b>162.671</b>
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>		<b>94.799</b>	<b>539.268</b>
Circulante		84.474	275.116
Não circulante		10.325	264.152

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

	31/12/2017		31/12/2016	
<b>Vencimento</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Circulante</b>	<b>84.474</b>	<b>89%</b>	<b>275.116</b>	<b>51%</b>
2017	-	0%	275.116	51%
2018	84.474	89%	129.673	24%
2019	9.567	10%	134.479	25%
2020	758	1%	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>10.325</b>	<b>11%</b>	<b>264.152</b>	<b>49%</b>
<b>Total</b>	<b>94.799</b>	<b>100%</b>	<b>539.268</b>	<b>100%</b>

**b. A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldos iniciais</b>	<b>539.268</b>	<b>675.459</b>
Ingressos	70.052	260.889
Encargos	30.827	77.829
Variação monetária e cambial	480	(14.351)
Variação monetária e cambial Argentina	-	(10.262)
Amortizações de principal	(509.603)	(371.999)
Pagamentos de juros	(36.225)	(78.297)
<b>Saldos finais</b>	<b>94.799</b>	<b>539.268</b>

**c. Avais e garantias**

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, alienação fiduciária de bens, penhor, caução de duplicatas e hipoteca do prédio industrial da Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

**d. Cláusulas restritivas**

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados, volumes de exportações realizadas e objetivos alçados em P&D. Essas cláusulas são controladas e vem sendo plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

**e. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Passivo			Patrimônio	
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos propostos	Empréstimos com partes relacionadas	Capital social	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>539.268</b>	<b>754</b>	<b>255.150</b>	<b>565.913</b>	<b>1.361.085</b>
<b>Variação fluxo de caixa de financiamento</b>					
Empréstimos tomados - Principal	70.052	-	-	-	70.052
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	(255.150)	-	(255.150)
Pagamento de dividendos	-	(754)	-	-	(754)
Emissão de ações	-	-	-	541.748	541.748
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(509.603)	-	-	-	(509.603)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(439.551)</b>	<b>(754)</b>	<b>(255.150)</b>	<b>541.748</b>	<b>(153.707)</b>
<b>Outras variações relacionadas com passivos</b>					
Juros pagos	(36.225)	-	-	-	(36.225)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	31.307	-	-	-	31.307
<b>Total de outras variações relacionadas com passivos</b>	<b>(4.918)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.918)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>94.799</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.107.661</b>	<b>1.202.460</b>

## 20 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

**a. Composição dos saldos**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	19.649	20.235	615	648
Trabalhistas	48.119	48.281	1.023	2.017
Tributárias	9.717	9.870	105	272
Total	77.485	78.386	1.743	2.937
Circulante	53.115	45.751	566	1.151
Não circulante	24.370	32.635	1.177	1.786

**b. Ações trabalhistas (Consolidado)**

Referem-se, substancialmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade, férias, FGTS e aviso prévio.

**c. Ações cíveis (Consolidado)**

Referem-se à indenização por danos morais e materiais e indenizações a representantes.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

**d. Ações tributárias (Consolidado)**

Referem-se a ações em que as empresas da Companhia Vulcabras Azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS.

**e. Movimentação dos processos**

Em 31 de dezembro de 2017		Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2017	
Natureza	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	20.235	678	(1.264)	19.649
Trabalhistas	48.281	15.112	(15.274)	48.119
Tributárias	9.870	23	(176)	9.717
Total	78.386	15.813	(16.714)	77.485

  

Em 31 de dezembro de 2017		Controladora		
		31/12/2016	31/12/2017	
Natureza	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	648	9	(42)	615
Trabalhistas	2.017	(476)	(518)	1023
Tributárias	272	(76)	(91)	105
Total	2.937	(543)	(651)	1.743

Em 31 de dezembro de 2016		Consolidado		
		31/12/2015	31/12/2016	
Natureza	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.738	459	(179)	2.018
Trabalhistas	46.841	18.586	(17.146)	48.281
Tributárias	8.369	1.425	76	9.870
Indenizações	17.518	699	-	18.217
Total	74.466	21.169	(17.249)	78.386

Em 31 de dezembro de 2016		Controladora		
		31/12/2015	31/12/2016	
Natureza	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	776	(95)	(33)	648
Trabalhistas	1.500	1.057	(540)	2.017
Tributárias	427	(152)	(3)	272
Total	2.703	810	(576)	2.937

### **Contingências**

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, era como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Contingências</b>		
Cíveis	1.922	2.249
Trabalhistas	54.101	57.713
Tributárias	121.371	112.986
Total	177.394	172.948

## **21 Patrimônio líquido (Controladora)**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.140.910 (R\$ 565.913 em 2016) está representado por 245.756.346 (185.230.346 em 2016) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado a seguir:

Em outubro de 2017 o capital social da Companhia sofreu um aumento de R\$ 574.997, valor originado da venda de ações. O custo consumido com operação de emissão de ações foi de R\$ 33.249 refletindo em um efeito líquido de R\$ 541.748. A composição líquida segue conforme demonstrado abaixo:

**Movimentação do capital social líquido:**

<b>Capital social líquido em 31.12.2016</b>	<b>565.913</b>
Emissão de ações	574.997
Custo na emissão de ações	<u>(33.249)</u>
<b>Capital social líquido em 31.12.2017</b>	<b>1.107.661</b>

Em 16 de março de 2016, foi aprovado o grupamento da totalidade das 740.921.384 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

Esse grupamento das ações de emissão da Companhia tem por finalidade o enquadramento da Companhia, em atendimento ao Ofício nº 3171/2015 - SAE enviado pela BM&FBovespa à Companhia em 22/10/2015, às novas disposições do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários e do Manual do Emissor da BM&FBovespa, em vigor a partir de 18/08/2014, que obrigam a manutenção nos mercados organizados pela BM&FBovespa de ações com valor de cotação superior a R\$1,00 (um real) por ação.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

**b. Reservas**

***Reserva de reavaliação***

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 7.273 (R\$ 8.165 em 31 de dezembro de 2016).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

**c. Ajustes de avaliação patrimonial**

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é em R\$ 3.045 (R\$ 5.065 em 31 de dezembro de 2016).

#### **d. Distribuição de dividendos**

Com base no seu estatuto social, art. 45º, a Companhia determina que os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não realizou distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 com base no art. 189º da lei 6.404/1976 revisada posteriormente pela lei 11.638/2007.

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a renda

A Companhia apurou lucro líquido para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, entretanto ainda detém saldo de prejuízos acumulados a serem amortizados.

## **22 Receita operacional**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.334.845	1.180.086
Mercado externo	139.598	148.505
Serviços prestados	4.194	2.086
	<u>1.478.637</u>	<u>1.330.677</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(164.759)	(158.271)
Devoluções e abatimentos	(50.796)	(38.186)
	<u>(215.555)</u>	<u>(196.457)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>1.263.082</u></b>	<b><u>1.134.220</u></b>

## **23 Custo das vendas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Matéria prima	(305.031)	(290.222)
Mão de obra	(215.988)	(196.958)
Custo indiretos	(186.070)	(176.529)
Revenda	(73.630)	(77.957)
	<u>(780.719)</u>	<u>(741.666)</u>



## 24 Despesas com vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Comissões	(51.789)	(42.359)
Abatimento comercial	(3.328)	-
Fretes	(45.231)	(42.525)
PECLD	(4.720)	(8.833)
Propaganda	(48.760)	(59.215)
Royalties	(34)	(74)
Gastos com pessoal	(14.076)	(15.122)
Gastos fixos	(11.288)	(12.936)
Gastos semi-variáveis	(2.587)	(2.602)
	<u>(181.813)</u>	<u>(183.666)</u>

## 25 Despesas administrativas

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Gastos com pessoal	(46.134)	(45.148)	(3.926)	(3643)
Serviços de terceiros	(11.123)	(9.514)	(2.479)	(1.980)
Viagens e estadias	(1.207)	(1.037)	(1)	-
Aluguéis	1.744	(431)	3.669	3.030
Segurança	(2.134)	(1.784)	(722)	(354)
Litígios e impostos	(1.679)	(1.504)	(575)	(453)
Informática e telecomunicação	(4.042)	(3.639)	(1)	-
Energia elétrica, água e esgoto	(3.079)	(3.451)	(2.347)	(2.823)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(2.929)	(2.415)	(264)	(141)
Depreciação	(2.790)	(2.951)	-	(442)
Outros	(3.780)	(6.397)	(858)	(400)
	<u>(77.153)</u>	<u>(78.271)</u>	<u>(7.504)</u>	<u>(7.206)</u>

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita de aluguel (*)	4.378	3.469	4.106	3.336
Provisão para contingências	(15.268)	(19.308)	633	(411)
Venda de sucata	1.765	1.746	-	-
Lucro/Prejuízo na venda de ativo fixo	(401)	2.008	-	-
PRT - Programa de regularização tributária (*)	16.997	-	-	-
Outros	1.068	(1.734)	263	(579)
	<u>8.539</u>	<u>(13.819)</u>	<u>5.002</u>	<u>2.346</u>

(\*) Para maiores informações vide nota explicativa 10.c

## 27 Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Estrutura de capital				
Juros	(31.522)	(81.159)	(193)	(151)
IOF	(751)	(1.380)	(3)	(2)
Outros (*)	(7.388)	(3.705)	(14)	(206)
	(39.661)	(86.244)	(210)	(359)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(7.380)	(7.829)	(7)	(3)
Desconto de pontualidade	(3.095)	(5.106)	-	-
Descontos concedidos	(9.074)	(1.231)	-	-
	(19.549)	(14.166)	(7)	(3)
Cambiais	(38.133)	(30.965)	(45)	(52)
	(97.343)	(131.375)	(262)	(414)
<b>Receitas financeiras</b>				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	7.968	908	104	3
Atualizações monetárias	308	5.462	-	98
Outros	1.406	-	95	-
	9.682	6.370	199	101
Operacionais				
Juros	3.738	2.636	365	362
Descontos obtidos	52	424	3	3
	3.790	3.060	368	365
Cambiais	34.271	39.799	9	16
	47.743	49.229	576	482
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(49.600)</b>	<b>(82.146)</b>	<b>314</b>	<b>68</b>

(\*) A maior parte do saldo de outros é referente à comissão sobre empréstimos e financiamentos.

## 28 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação no final do exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Resultado atribuível aos acionistas	188.914	35.689
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	196.340.598	185.230.346
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,96	0,19

## **29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e empréstimos.

### **Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia administra os riscos financeiros através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante os exercícios divulgados..

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia

As avaliações de seus instrumentos financeiros, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

### **Risco de crédito**

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota 7a).

A Companhia e suas controladas possuem ainda, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 30.348 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 24.164 em 31 de dezembro de 2016), representativos de 8,44% do saldo de contas a receber em aberto (6,1% em 31 de dezembro de 2016), para fazer face ao risco de crédito (Nota 7a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estaduais ou Agências Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

### ***Risco cambial***

#### ***Risco de preço***

Considerando o risco de preço nas exportações a partir do Brasil, que são equivalentes a 6,14% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2017 (7,12% em 31 de dezembro de 2016), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração.

A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço, entretanto, para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural para se proteger das oscilações cambiais.

#### ***Análise de sensibilidade***

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, o dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2017, com a variação positiva de 1,50% em relação à última cotação de 31 de dezembro de 2016.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da exposição cambial, a Administração tenta manter hedge natural. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

<b>Moeda dólar (US\$ mil)</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativos em moeda estrangeira (a)	15.515	18.651
Passivos em moeda estrangeira (b)	(2.502)	(52.394)
Superavit apurado (a-b)	13.013	(33.743)

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável, que é o adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017; (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 4,1350 e 2,4810, respectivamente; e (iii) cenário remoto considerando um aumento e redução de 50% na cotação do dólar, passando á R\$ 4,9620 e 1,6540, respectivamente.

**Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade de câmbio - efeito resultado em 31 de dezembro de 2017**

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Despesa financeira	US\$ 13.013 mil Queda do US\$	Câmbio de 3,3080 -	Câmbio de 2,4810 (10.762)	Câmbio de 1,6540 (21.524)

***Risco de taxa de juros***

***Análise de sensibilidade***

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos, a Companhia apresenta abaixo os cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com taxa de DI-CETIP de 6,89% a.a. e taxa de TJLP de 7,00% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento (no caso de empréstimos) ou redução (no caso de aplicações) de 25% sobre as taxas do DI-CETIP e TJPL; (iii) cenário remoto, considerando um aumento (no caso de empréstimos) e redução (no caso de aplicações) de 50% sobre a taxa DI-CETIP e TJPL

Abaixo segue a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2017, conforme cenários demonstrados acima:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2017</b>
Empréstimos em TJLP	2.918
Empréstimos em CDI	71.235
Aplicações em CDI	100.413

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível - 25%	Cenário Remoto - 50%
Empréstimos em TJLP	Alta da TJLP	TJLP a 7,00% R\$ 0	TJLP a 8,75% R\$ 51	TJLP a 10,50% R\$ 102
Empréstimos em CDI	Alta do CDI	CDI a 6,89% R\$ 0	CDI a 8,61% R\$ 1.225	CDI a 10,34% R\$ 2.458
Aplicações em CDI	Queda do CDI	CDI a 6,89% R\$ 0	CDI a 5,17% -R\$ 1.727	CDI a 3,45% -R\$ 3.454

### ***Risco de liquidez***

A Companhia acompanha o risco de liquidez de recursos, através de políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras com liquidez diária, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota 19.

### ***Composição dos saldos***

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

		Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
Descrição	Classificação	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		100.502	100.502	17.094	17.094
Aplicações financeiras	Títulos disponíveis para venda	5.661	3.938	8.321	8.321
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	326.522	326.522	372.592	372.592
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	33.187	33.187	41.497	41.497
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Outros passivos financeiros	92.725	92.725	376.597	376.597
Em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2.074	2.074	162.671	162.671
Fornecedores	Outros passivos financeiros	69.827	69.827	66.193	66.193
Partes relacionadas -passivo	Outros passivos financeiros	-	-	255.150	255.150

### ***Hierarquia do valor justo***

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras	3.938	-	17.094	539.268
Empréstimos e financiamentos	-	94.799	-	-
Partes relacionadas passivo	-	-	-	255.150

- (a) **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (c) **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### ***Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)***

#### ***Aplicações financeiras***

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2017.

#### ***Contas a receber***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

#### ***Empréstimos e financiamentos***

O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2017, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

#### ***Fornecedores***

Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial.

### *Limitações*

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas

### *Gestão do capital*

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Financiamentos, empréstimos e financiamentos incentivados	94.799	539.268
Caixa e equivalentes de caixa	(100.502)	(17.094)
Aplicações financeiras	(5.661)	(8.321)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(11.364)</b>	<b>513.853</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>784.573</b>	<b>51.862</b>

## **30 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2017 são resumidos a seguir:

<b>Seguros corporativos em reais</b>		
<b>Objeto</b>	<b>Risco coberto</b>	<b>Valor de cobertura</b>
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil geral de administradores	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	23.800
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	8.100
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	4.752
	<b>Total dos seguros corporativos</b>	<b>228.652</b>



## **31 Subvenções e assistência governamental**

### **Incentivos Federais**

- **Redução do IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

### **Incentivos estaduais**

---

#### **PROVIN - CE**

---

##### **Para nossos calçados:**

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no deferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

##### **Para nossas confecções:**

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no deferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

### **Incentivos adicionais**

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

---

#### **PROBAHIA- BA**

---

- **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o deferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

### Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROBAHIA o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

#### PSDI - SE

- **PSDI** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial de Sergipe (FDI), no qual consiste no deferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria e com carência de 15 anos para pagamento dos 25% restantes, sem correção monetária.

### Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PSDI o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

#### Demonstrativo das Subvenções Governamentais

Controlada	Incentivo estadual	%	Prazo de vencimento
CE	Provin Calçados	99%	Ago/2021
CE	Provin Confecções	99%	Jun/2022
BA	Probahia	99%	Dez/2027
SE	PSDI	75%	Jun/2029

#### Demonstrativo das subvenções governamentais

Controlada	Incentivo Federal	%	Prazo de Vencimento
CE	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
BA	Redução IRPJ	75%	Dez/2026
SE	Redução IRPJ	75%	Dez/2017 (em processo de renovação)

#### a. Consolidado

O montante dos incentivos fiscais estaduais e federais, referentes ao ICMS e ao IRPJ respectivamente, são reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

ICMS	Montante do incentivo no consolidado	% Participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			31/12/2017	31/12/2016
<b>Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas</b>				
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	72.266	99,99	72.259	70.096
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	46.186	100,00	46.186	35.148
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	3.717	100,00	3.717	3.248
	<u>122.169</u>		<u>122.162</u>	<u>108.492</u>

  

IRPJ	Montante do incentivo no consolidado	% Participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			31/12/2017	31/12/2016 (*)
<b>Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas</b>				
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	12.633	99,99	12.633	-
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	1.463	100,00	1.463	-
<b>Total Incentivado</b>	<u>14.096</u>		<u>14.096</u>	<u>-</u>

(\*) Em 2016, a Companhia através de seus controles fiscais internos, não registrou o incentivo federal relativo ao IRPJ em razão da inexistência do valor devido do tributo.

## 32 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	993.409	832.523
Calçados femininos	178.882	217.012
Outros calçados e outros	67.667	69.708
Confecções	23.124	14.977
	<u>1.263.082</u>	<u>1.134.220</u>
 Mercado interno	 1.122.236	 988.565
Mercado externo	<u>140.846</u>	<u>145.655</u>
	<u>1.263.082</u>	<u>1.134.220</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de:</b>		
Brasil	444.479	448.033
Outros países	7.976	13.630
<b>Total</b>	<b>452.455</b>	<b>461.663</b>

\* \* \*

## **Composição do Conselho de Administração**

Pedro Grendene Bartelle - Presidente  
André de Camargo Bartelle - 1º Vice-Presidente  
Pedro Bartelle - 2º Vice-Presidente  
Hector Nunez - Conselheiro  
Roberto Faldini - Conselheiro Independente

## **Composição da Diretoria**

Pedro Bartelle - Presidente  
Edivaldo Rogério de Brito - Diretor Administrativo e de Finanças  
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial  
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina  
Rafael Carqueijo Gouveia - Diretor Comercial e de Operações Corporativas  
Luiz Vanderlei Heidrich - Diretor de Divisão Feminino  
Márcio Kremer Callage - Diretor de Marketing

## **Diretor de Relações com Investidores**

Edivaldo Rogério de Brito

## **Responsável técnico**

Manoel Damião da Silveira Neto  
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP